

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7- Número 0384 - 02/12 à 06/12/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[CNI questiona exigências da lei da reoneração gradual da folha de pagamento](#)

Supremo Tribunal Federal - 05/12/2024

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolou, nesta quarta-feira (4), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7765) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dispositivos da nova lei da reoneração da folha de pagamento. A ação foi distribuída ao ministro Dias Toffoli.

A Lei 14.973/2024 foi sancionada em setembro pelo presidente da República. Ela determina o fim gradual, até 2027, da desoneração da folha de pagamento em empresas de 17 setores da economia, como têxtil, calçados, comunicação, construção civil, TI e transporte rodoviário e metroviário, entre outros.

Aumento da burocracia

A CNI contesta os artigos 43 e 44 da nova lei, que obrigam as empresas a apresentarem declaração eletrônica que informe o valor dos benefícios tributários que recebem e o montante do crédito correspondente e preveem sanções em caso de descumprimento. Segundo a entidade, essas informações já estão à disposição da Receita Federal, o que aumenta a burocracia e viola os princípios constitucionais da simplicidade tributária, da proporcionalidade e da razoabilidade.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[TST rejeita condenação de sindicato por postagem em redes sociais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 06/12/2024

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Golden Serviços e Empreendimentos Técnicos, de Iperó (SP), que pedia que um sindicato profissional fosse multado em razão de mensagem em redes sociais durante uma greve. Para o colegiado, a postagem não tinha caráter ofensivo.

[Valor de multa aplicada a construtora deverá ser revertido ao Corpo de Bombeiros de Goiás](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/12/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve decisão que destinou o valor da multa aplicada à Goiás Construtora Ltda., de Goiânia (GO), numa ação civil pública, ao Corpo de Bombeiros do Estado de Goiás. O Ministério Público do Trabalho (MPT) pretendia que os recursos fossem para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Mas, segundo o colegiado, é possível adotar soluções alternativas para as condenações em ações civis públicas, como as destinações diretas a entidades do terceiro setor ou ao poder público.

[Dano moral e responsabilidade objetiva é o Tema do Mês da Biblioteca do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/12/2024

O Tema do Mês de dezembro da Biblioteca Délio Maranhão do Tribunal Superior do Trabalho é “[Dano moral e responsabilidade objetiva](#)“. A curadoria é da Comissão de Documentação e Memória do TST, que selecionou artigos, capítulos de livros e jurisprudência sobre a matéria.

[Advogado pode ter honorários penhorados para pagar dívidas trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/12/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) autorizou a penhora de parte dos valores recebidos a título de honorários de sucumbência por um advogado de Rio Verde (GO) para garantir o pagamento da dívida trabalhista de seu escritório com uma assistente jurídica. A restrição deve respeitar o limite de 50% dos rendimentos líquidos, preservando ao menos um salário mínimo para a subsistência do devedor.

[Ex-empregadora não é responsável por morte de engenheiro por “síndrome da classe econômica”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/12/2024

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a XL Brazil Holdings Ltda., de São Paulo (SP), da responsabilidade pela morte de um engenheiro por embolia pulmonar, desencadeada por imobilidade prolongada em viagens longas de avião - cohecida como “síndrome da classe econômica”. Ele havia sido dispensado 10 meses antes, e, conforme a perícia médica, a causa do falecimento foi a última viagem aérea internacional, de longa duração, na semana anterior.

[Presidente do TST reitera compromisso da Justiça do Trabalho com rapidez e redução da litigiosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/12/2024

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, participou, na manhã desta terça-feira (3), do 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Campo Grande (MS). Na mesa “Panorama dos Tribunais Superiores”, o ministro apresentou resultados da Justiça do Trabalho e do TST e reforçou a atuação institucional voltada para a agilidade nas decisões, a adoção de soluções consensuais e a consolidação do sistema de precedentes obrigatórios.

[Como a Justiça do Trabalho pode tomar decisões com perspectiva de inclusão de pessoas com deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/12/2024

Entre as pessoas com deficiência em idade de trabalhar, apenas 29,2% fazem parte da força de trabalho no Brasil. A chamada taxa de participação é bem diferente da observada entre as pessoas sem deficiência, que é de 66,4%. E a discrepância se mantém mesmo entre as pessoas com nível superior: para PcDs, a taxa de participação na força de trabalho é de 54,7%, frente a 84,2% de pessoas sem deficiência. Além disso, o rendimento médio real é cerca de 30% menor. Os dados são da Pnad Contínua de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[TST valida interdição de máquina perigosa em frigorífico por auditores-fiscais do trabalho](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/12/2024

A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho considerou válida a interdição de uma máquina na unidade da BRF S.A em Dourados (MS). Segundo o colegiado, os auditores-fiscais do trabalho podem aplicar medidas de interdição quando houver situação de perigo iminente à vida, à saúde ou à segurança dos trabalhadores.

[TST nega reintegração imediata de gerente baseada apenas em atestado particular](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/12/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) rejeitou o pedido de reintegração imediata de uma gerente, antes da sentença definitiva na reclamação trabalhista movida contra o Banco Bradesco S.A. Ela sustenta ter sido submetida a assédio moral e sexual que resultou em transtornos psíquicos, mas os documentos apresentados foram insuficientes para obter a antecipação de tutela.

Notícias do Executivo

[Sindicalistas Bielorrussos pedem apoio do Ministério do Trabalho e Emprego na OIT em tema sindical](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2024

Lideranças sindicais da Bielorrússia pediram nesta quinta-feira (5) apoio ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas decisões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que tratam do direito à liberdade de associação. Em audiência com o secretário- executivo do MTE, Francisco Macena, e com a presença do secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antônio Lisboa, o presidente em exercício do Congresso dos Sindicatos Democráticos da Bielorrússia, Maksim Pazniakou, entregou documento que contextualiza os problemas enfrentados pelo setor sindical no seu país.

[“Nos últimos dois anos, afastamos cerca de 4.500 crianças do trabalho infantil”, destaca Luiz Felipe Brandão](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2024

Nesta quinta-feira (5), representantes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) participaram de uma sessão especial na Câmara dos Deputados em comemoração aos 30 anos de combate ao trabalho infantil no Brasil. O MTE, cofundador do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), destacou a importância da iniciativa. O FNPETI coordena a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que reúne 27 fóruns estaduais e 48 entidades de trabalhadores, empregadores e sociedade civil.

[Brasília tem potencial para 24 mil jovens aprendizes](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2024

Brasília tem um potencial de 24 mil aprendizes, mas atualmente apenas 14 mil estão inseridos no programa, o que significa que 10 mil jovens poderiam ser beneficiados pela Lei da Aprendizagem. No entanto, muitas empresas ainda não estão cumprindo a legislação. A informação foi divulgada pelo secretário de Emprego, Trabalho e Renda (SEMP) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Magno Lavigne, durante o CB Fórum: Emprego, Renda e Cidadania: a educação como ferramenta de oportunidade, realizado nesta terça-feira (4) em Brasília, pelo Jornal Correio Braziliense.

[MTE inaugura sala de acolhimento para mulheres em situação de assédio e violência](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 05/12/2024

A maioria das mulheres já sofreram algum tipo de discriminação, violência ou assédio dentro do ambiente laboral. A falta de uma escuta empática, de uma orientação humanizada e encaminhamento com recomendações legais agora é uma realidade dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Por meio do GT Mulheres, foi inaugurada nesta quarta-feira (4), a Sala de Acolhimento para mulheres em situações de assédio, discriminação e violência e lançado o Guia de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual.

[Luiz Marinho destaca a importância dos trabalhadores nas discussões sobre mudanças climáticas para a COP 30](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/12/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou, nesta segunda-feira (3), da abertura da 35ª reunião do Conselho Geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), em Brasília. Em sua fala, ele destacou a importância de inserir o tema do trabalho e os interesses dos trabalhadores nas discussões preparatórias para a COP 30, a conferência sobre mudanças climáticas que ocorrerá no Brasil em 2025.

[“Precisamos avançar com políticas que promovam a dignidade e os direitos dos trabalhadores informais”, diz Francisco Macena](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/12/2024

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Francisco Macena, participou nesta segunda-feira (2) de um encontro na sede da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), em Brasília. O evento reuniu lideranças governamentais, representantes de trabalhadores e organizações internacionais para debater estratégias para a formalização do trabalho informal no Brasil.

[Saúde mental no gerenciamento de riscos ocupacionais é tema de seminário gratuito no Rio de Janeiro](#)

Fundacentro - 04/12/2024

Estão abertas as inscrições para o II Encontro de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) do Estado do Rio de Janeiro, que acontecerá presencialmente no dia 17 de dezembro, das 8h às 17h, no Palácio do Trabalhador, localizado na Av. Presidente Antônio Carlos, 251, 4º andar – Centro, Rio de Janeiro-RJ. A inscrição é gratuita pelo [formulário](#) e haverá emissão de certificado com carga horária de 8h aos participantes.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Comitê Estadual de Investigação de Acidentes do Trabalho promove primeira reunião plenária nesta sexta-feira \(6\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/12/2024

Acontece, nesta sexta-feira (6), a primeira reunião plenária do Comitê Estadual de Investigação de Acidentes de Trabalho (CERVOT), do qual o Ministério Público do Trabalho (MPT) em Pernambuco, por meio da Coordenadoria Regional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) faz parte. O encontro acontece a partir das 8h30, no auditório do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (SINTELL), localizado no bairro de Santo Amaro, Centro do Recife.

[MPT-MS e instituições parceiras qualificam adolescentes da Unei Dom Bosco para construção civil](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/12/2024

Um rastro positivo de esperança e recomeço. Esse é o sentimento compartilhado por quatro adolescentes que, durante o cumprimento de medidas socioeducativas na Unidade Educacional de Internação (Unei) Dom Bosco, em Campo Grande, participaram do curso Pedreiro de Revestimento e, agora, projetam um novo caminho para restabelecer a dignidade e romper com a segregação imposta pela sociedade.

[TST reconhece competência da Justiça do Trabalho para analisar pedidos de desconsideração da personalidade jurídica e redirecionamento da execução contra o patrimônio dos sócios de empresa em recuperação judicial](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/12/2024

Recurso de Revista do Ministério Público do Trabalho em Campinas (MPT-Campinas) é provido para reconhecer a competência da Justiça do Trabalho para dar continuidade à execução em desfavor dos sócios da executada principal, e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos à Vara do Trabalho para que prossiga no exame da pretensão da desconsideração da personalidade jurídica, conforme entender de direito.

[Prêmio Segurança e Saúde nas Escolas 2024 realiza cerimônia da etapa nacional](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/12/2024

Em cerimônia virtual realizada nesta quarta-feira (4.12), o Prêmio Segurança e Saúde nas Escolas 2024 revelou a classificação dos trabalhos selecionados para a etapa nacional da premiação. A iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) tem como foco sensibilizar a sociedade sobre ações de prevenção a acidentes, doenças e violências em todas as suas formas nas escolas e no trabalho.

[Trabalho escravo contemporâneo é tema de seminário em Cuiabá](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/12/2024

O Projeto Ação Integrada - Mato Grosso (PAI/MT) promove, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro, no auditório do Paiaguás Palace Hotel, em Cuiabá, o seminário “Trabalho Escravo Contemporâneo e suas Interseccionalidades: Um Diálogo Necessário”. O evento vai proporcionar um espaço de reflexão e discussão sobre o trabalho escravo contemporâneo, além de debater estratégias mais eficazes para enfrentamento do problema.

[Câncer relacionado ao trabalho é tema de capacitação promovida pelo MPT PA-AP](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/12/2024

O Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT PA-AP) promoveu na sexta-feira (29), a capacitação “Vigilância em Saúde do Trabalhador: Uma abordagem sobre o câncer relacionado ao trabalho”, direcionada a servidores de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) e das Vigilâncias em Saúde do Trabalhador (VISAT) de nove municípios paraenses. O encontro ocorreu na sede do MPT, em Belém, com transmissão pela plataforma Microsoft Teams.

[MPT aborda questões sobre inteligência artificial e trabalho em audiência no Senado](#)

Ministério Público do Trabalho - 03/12/2024

O procurador do Trabalho e coordenador nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (Conafret) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Renan Bernardi Kalil, destacou a importância da regulação da Inteligência Artificial (IA) e abordou questões sobre o tema relacionadas ao trabalho em audiência pública no Senado. Na terça-feira (3.12), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) discutiu os desafios éticos e o impacto da IA nos direitos humanos e Kalil representou a instituição na audiência.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Santos \(SP\): Auditoras Fiscais do Trabalho participam de audiência pública que debateu cota de aprendizagem com 100 empresas notificadas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 03/12/2024

As Auditoras-Fiscais do Trabalho Carmem Cenira, Cíntia Veras e Debora Beneduzi participaram da audiência pública que debateu o cumprimento da Cota de Aprendizagem com 100 empresas notificadas pela Fiscalização do Trabalho de Santos (SP). A audiência foi no auditório da Delegacia da Receita Federal, em Santos, no dia 29 de novembro. “Agradeço à diretoria da Delegacia Sindical do SINAIT em Santos, especialmente à presidente, Carmem Cenira, pelo apoio e presença na Audiência Pública de Aprendizagem”, disse Cintia Veras, chefe da Seção de Inspeção do Trabalho da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Santos (GRTE/Santos).

Outras Notícias

[Juíza condena empresa por tentar homologar acordo fraudulento](#)

Consultor Jurídico - 08/12/2024

Agir para que um ex-empregado, de maneira indevida, seja representado por advogado contratado pela empresa em tratativa de acordo fraudulento viola os preceitos legais e atenta contra a dignidade da Justiça. Esse foi o entendimento da juíza Renata Albuquerque Palcoski, da Vara do Trabalho de Dois Vizinhos (PR), para condenar uma empresa por ato atentatório à dignidade da justiça e solicitar que a Ordem dos Advogados do Brasil apure a conduta dos advogados envolvidos.

[Novas realidades redefinem relações entre empresas e trabalhadores](#)

Consultor Jurídico - 08/12/2024

“Você só sabe o custo de uma relação de trabalho no Brasil depois que ela termina, isso é muito problemático, inclusive, do ponto de vista da empregabilidade.” Essa preocupação, que é de qualquer empresário no país, foi compartilhada pelo presidente da Suprema Corte brasileira, Luís Roberto Barroso, durante julgamento no Plenário. A alta litigiosidade na área trabalhista prejudica o país, a segurança jurídica e afasta investimentos, disse.

[Geolocalizador de celular comprova má-fé de trabalhador em ação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 07/12/2024

A Vara do Trabalho de Embu das Artes (SP) condenou um trabalhador a pagar multas por litigância de má-fé e ato atentatório à dignidade da Justiça. De acordo com os autos, o homem entrou com ação pleiteando horas extras, pois, segundo ele, marcava o ponto e continuava exercendo a função. Entretanto, o geolocalizador de celu-

lar mostrou que o empregado não estava na empresa após os horários alegados de término do expediente.

[Aplicação da reforma trabalhista aos contratos firmados antes de sua vigência](#)

Consultor Jurídico - 06/12/2024

A Lei nº 13.467, conhecida popularmente como reforma trabalhista, entrou em vigência em 11 de novembro de 2017, com a promessa, do então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de gerar mais de 6 milhões de empregos. Entretanto, após 7 anos de vigência, o que se percebeu é que a reforma não criou empregos, nem “beneficiou os trabalhadores”. Ao contrário, beneficiou os empregadores já que a “maioria das vagas criadas foram precárias”, como bem explicou Raimundo Simão de Melo, em artigo publicado nesta coluna em 27 de setembro.

[Arbitragem trabalhista: um caminho de modernização e eficiência no Brasil?](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2024

A arbitragem trabalhista vem ganhando destaque como uma ferramenta valiosa para a resolução de conflitos, especialmente em disputas desportivas e corporativas. De acordo com dados apresentados na pesquisa “Arbitragem em Números”, conduzida pela professora Selma Lemes, este método vem conquistando espaço na solução de conflitos entre empresas e trabalhadores de altos postos, mostrando-se como uma alternativa eficiente e técnica às limitações do processo judicial tradicional.

[Juiz condena trabalhador a pagar multa por litigância de má-fé por mentir sobre dispensa](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2024

O juiz Jorge Antonio dos Santos Cota, da Vara do Trabalho de Itatiba (SP), condenou um trabalhador a pagar multa por litigância de má-fé mesmo ele tendo recebido o benefício da Justiça gratuita. Na ação, o trabalhador pedia o reconhecimento da nulidade de seu pedido de demissão, com reversão para rescisão de contrato sem justa causa, por iniciativa da empresa.

[Novidades na admissibilidade do recurso de revista](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2024

Faltando pouco menos de um mês para o recesso forense, uma nova resolução editada pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho (TST) alterou a sistemática recursal trabalhista com o intuito de evitar que decisões contrárias à jurisprudência vinculativa daquela Corte de Vértice sejam proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

[Juíza condena por má-fé advogados que induziram trabalhador a ajuizar ações contra empresa](#)

Consultor Jurídico - 05/12/2024

A juíza Thereza Cristina Nahas, da 2ª Vara do Trabalho de Itapeceira da Serra (SP), condenou por litigância de má-fé os advogados de um homem que foi captado como cliente depois de ser demitido da empresa em que trabalhava. Os causídicos, de diferentes escritórios, procuraram o homem e o induziram a ajuizar ações trabalhistas contra a ex-empregadora. Eles basearam as procurações para os processos em fotos de assinaturas enviadas por WhatsApp.

[Sócio menor de idade deve responder por dívida trabalhista, decide TRT-3](#)

Consultor Jurídico - 04/12/2024

Os julgadores da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) decidiram que sócio menor de idade deve responder por débitos trabalhistas da empresa. O relator foi o desembargador Lucas Vanucci Lins. Trata-se de recurso interposto por ex-sócia de construtora devedora na Justiça do Trabalho contra decisão que negou o pedido dela de exclusão da execução trabalhista. Segundo a ex-sócia, à época dos fatos, era menor impúbere e com participação minoritária no capital social da empresa. Ela argumentou ainda que era menor absolutamente incapaz quando se retirou da sociedade.

[STF vai reiniciar análise sobre aplicação de NRs do MTE a servidores estaduais](#)

Consultor Jurídico - 03/12/2024

Um pedido de destaque do ministro Luiz Edson Fachin interrompeu, nesta terça-fei-

ra (3/12), o julgamento em que o Plenário do Supremo Tribunal Federal discute se órgãos dos governos estaduais precisam seguir as normas de saúde, higiene e segurança do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e se a Justiça do Trabalho tem ou não competência para julgar processos sobre a aplicação de tais normas ao ambiente de trabalho dos servidores públicos.

[Ministro propõe efeito vinculante no TST para redução de carga processual](#)

Consultor Jurídico - 02/12/2024

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho Sergio Pinto Martins, autor de 54 obras sobre o Direito brasileiro, especialmente sobre a Justiça Trabalhista, propõe uma saída para o alto número de processos que abarrotam a principal corte dessa Justiça especializada: dotar as decisões do TST de efeito vinculante, como se faz no Supremo Tribunal Federal. A ideia é fazer valer o sistema de precedentes para as instâncias inferiores, com exceção dos casos que envolverem temas constitucionais, cuja decisão final permaneceria com o STF. Outra solução defendida pelo ministro é o bloqueio de recursos repetitivos, também com efeito vinculante, como ocorre no Superior Tribunal de Justiça.

[TRT-4 vê culpa solidária e condena empresas por morte após queda de poste](#)

Migalhas - 07/12/2024

A 6ª turma do TRT da 4ª região reconheceu a responsabilidade solidária de uma empresa de telefonia e de uma terceirizada pela morte de um trabalhador que caiu de um poste após sofrer um choque elétrico. Os magistrados mantiveram parcialmente a sentença determinando indenizações por danos morais de R\$ 150 mil para a mãe, R\$ 100 mil para a companheira e R\$ 50 mil para a irmã do trabalhador.

[Maioria do STF vota para validar contrato de trabalho intermitente](#)

Migalhas - 07/12/2024

No plenário virtual, a maioria dos ministros do STF votou, em três ações, para validar a figura do contrato intermitente de trabalho, modalidade introduzida ao ordenamento jurídico pela reforma trabalhista (Lei 13.467/17). Nesse tipo de contrato, o trabalho não é contínuo, com períodos alternados de prestação de serviços e de inatividade. Ou seja, o trabalhador é chamado quando houver demanda por parte do empregador.

[Cia aérea indenizará empregado que desenvolveu burnout por sobrecarga](#)

Migalhas - 06/12/2024

Um agente de vendas de uma companhia aérea que desenvolveu burnout e esgotamento será indenizado por danos morais no valor de R\$ 20 mil. A decisão, proferida pela 6ª turma do TRT da 4ª região, confirmou a sentença da 30ª vara do Trabalho de Porto Alegre/RS, emitida pela juíza Patrícia Iannini dos Santos. O trabalhador, que atuou na empresa por quase oito anos, alegou ter desenvolvido a síndrome de burnout devido ao excesso de trabalho, esgotamento físico e mental, e ameaças por parte de passageiros.

[Trabalhador que sofreu represália por ação trabalhista será indenizado](#)

Migalhas - 05/12/2024

A 6ª turma do TRT da 2ª região reformou sentença para considerar discriminatória a manutenção de um trabalhador no turno diurno sem que houvesse registro de interesse nessa opção, conforme previsto em acordo coletivo. Os magistrados acolheram a tese do reclamante, entendendo que a conduta foi uma represália ao ajuizamento de ação trabalhista anterior. A decisão determinou que a empresa permitisse ao empregado optar pelo turno mais conveniente.

[Empresa indenizará por cancelar plano de empregado afastado por doença](#)

Migalhas - 05/12/2024

Uma empresa de segurança e vigilância foi condenada a indenizar um empregado por danos morais devido ao cancelamento de seu plano de saúde durante um afastamento por doença. A decisão da 4ª turma do TRT da 3ª região confirmou a sentença da 2ª vara do Trabalho de Betim, majorando o valor da indenização para R\$ 12 mil. O trabalhador, contratado pela empresa de segurança para prestar serviços em uma metalúrgica, foi internado em 5 de novembro de 2023 com diagnóstico de infarto agudo do miocárdio, permanecendo no CTI - Centro de Tratamento Intensivo até 13 de novembro de 2023.

[TRT-3: Usina indenizará empregado apelidado de “calopsita manca”](#)

Migalhas - 03/12/2024

A 1ª turma do TRT da 3ª região condenou usina a indenizar em R\$ 50 mil, por danos morais, trabalhador que alegou ter sido chamado de “calopsita manca” e “inútil” por colegas. O colegiado reformou sentença por entender que o empregado foi vítima de assédio moral e que desenvolveu transtornos psíquicos em razão de condições adversas no ambiente de trabalho.

[Fenatest lança campanha por piso salarial nacional](#)

Revista Proteção - 03/12/2024

A Fenatest (Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho) acaba de lançar uma campanha nacional a fim de conquistar o piso salarial nacional para a categoria. De acordo com o presidente da entidade, Nivaldo Barbosa, a partir de agora os profissionais se mobilizam por meio de suas lideranças pelo país. A mobilização foi lançada em 27 de novembro durante live promovida pela Enit (Escola Nacional da Inspeção do Trabalho). A live ocorreu por ocasião da comemoração do Dia do Técnico e do Engenheiro de Segurança do Trabalho. A ideia é sensibilizar a sociedade e as autoridades e provocar o Congresso Nacional. O objetivo é a criação, já em 2025, de um projeto de lei que estabeleça o piso nacional para os TSTs brasileiros.

[CBIC divulga Radar Convenções Coletivas de outubro](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 06/12/2024

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), por meio da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), apresenta mais uma edição do Radar Convenções Coletivas, um informativo mensal produzido pela CPRT. O documento apresenta um panorama detalhado das negociações concluídas até a data-base de outubro de 2024, incluindo convenções coletivas e aditivos celebrados até 31 de outubro deste ano.

[Construção Civil cresce 4,1% nos três primeiros trimestres de 2024](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 03/12/2024

O ritmo de atividades da Construção Civil segue forte. Nos três primeiros trimestres

de 2024 o setor cresceu 4,1% em relação a igual período do ano anterior. No 3º trimestre deste ano, a alta foi de 5,7% em relação ao 3º trimestre de 2023. Considerando o período de 12 meses encerrados em setembro, comparado com os 12 meses imediatamente anteriores, o incremento das atividades foi de 3,3%. Estes números são melhores do que os registrados pela economia nacional, conforme os resultados das Contas Nacionais Trimestrais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atos Normativos

[PORTARIA PRES/INSS N° 1.791, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 03/12/2024 Seção I Pág. 142) - Altera a Portaria PRES/INSS n° 1.745, de 6 de setembro de 2024, que dispõe sobre pensão especial à pessoa com microcefalia decorrente do vírus Zika, adquirida entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2019;

[RESOLUÇÃO N° 20, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 04/12/2024 Seção II Pág. 47) - Fica instituída, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), a Comissão Nacional Tripartite Temática - CNTT do Anexo 13-A - Benzeno - da Norma Regulamentadora n° 15 (NR-15) - Atividades de Operações Insalubres;

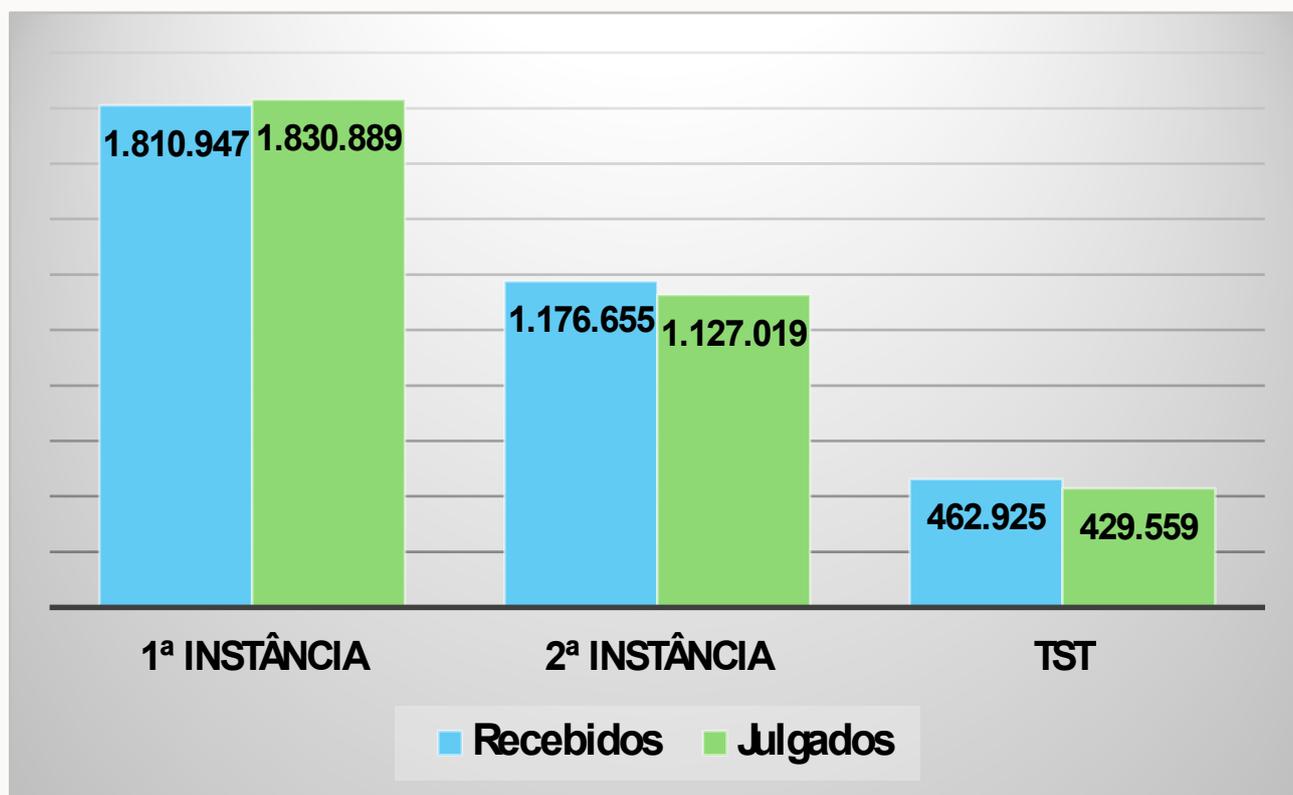
[RESOLUÇÃO N° 21, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 04/12/2024 Seção II Pág. 47) - Fica instituído, no âmbito da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), o Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) de revisão do Anexo 3 - Limites de Tolerância para Exposição ao Calor - da Norma Regulamentadora n° 15 (NR-15) Atividades de Operações Insalubres.”

[PORTARIA SRT-CNT/MTE N° 2.019, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 04/12/2024 Seção II Pág. 47) - Designa os membros para compor o Grupo de Trabalho - GT, no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho, instituído pela Portaria SRT/MTE N° 1987, de 27 de novembro de 2024, com o objetivo de analisar e sugerir proposta de organização da 2ª Conferência Nacional do Trabalho, titular e suplente, respectivamente;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB N° 2.237, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2024](#) (DOU de 05/12/2024 Seção I Pág. 57) - Dispõe sobre a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais DCTFWeb.

Dados estatísticos do TST

Quantidade de processos recebidos e julgados na Justiça do Trabalho até outubro de 2024:



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula